

Violência vivenciada pelas adolescentes em situação de rua na ótica dos profissionais cuidadores do abrigo**Violence lived by adolescents in the street situation in the view of the shelter professional caregivers****Violencia vivida por las adolescentes en la situación de la calle en la óptica de los profesionales cuidadores del abrigo**Lucia Helena Garcia Penna^I, Joana Iabrudi Carinhanha^{II}, Raquel Fonseca Rodrigues^{III}

^I Enfermeira, Doutora em Saúde da Mulher e da Criança. Professora Adjunta, Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: luciapenna@terra.com.br.

^{II} Enfermeira, Mestre em Enfermagem. Enfermeira do Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: iabrudi@yahoo.com.

^{III} Enfermeira, Mestranda em Enfermagem, UERJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: quelfr@gmail.com.

RESUMO

Diante da relevância e particularidade da violência na restrição ao exercício da cidadania das adolescentes em situação de rua e na vulnerabilização à sua saúde, o objetivo do estudo foi compreender a problemática da violência vivida pelas mesmas na ótica dos profissionais cuidadores de abrigo. Trata-se de pesquisa qualitativa do tipo descritivo, cujos dados foram produzidos através de entrevistas junto aos profissionais cuidadores de um abrigo para adolescentes da rede municipal do Rio de Janeiro-RJ em 2008. Os depoimentos foram interpretados à luz da análise de conteúdo, resultando em quatro categorias que explicitam a visão dos profissionais acerca dos tipos de violência vividos pelas adolescentes: violência coletiva, violência juvenil, violência familiar e violência de gênero. Concluindo, os profissionais cuidadores do abrigo compreendem a problemática da violência vivida pelas adolescentes em situação de rua de forma ampliada e apresentam algumas inter-relações e concomitância dos vários tipos de violência, configurando a complexa trama da violência que atravessa marcadamente as vidas dessas adolescentes.

Descritores: Violência contra a mulher; Menores de rua; Adolescente institucionalizado.

ABSTRACT

Because of the violence relevance and the particular role it plays once it limits the citizenship exercise of the adolescents in the street situation as well as it makes their health vulnerable, the study objective was to understand the violence problematic they lived in the view of the shelter professional caregivers. This is a qualitative research of the descriptive type, whose data was produced through interviews with the caregivers of a public shelter for adolescents in Rio de Janeiro in 2008. The speeches were interpreted according to the content analysis, resulting in four categories that shows the professionals view about the violence types lived by the adolescents: collective violence, youth violence, family violence and gender violence. In conclusion, the shelter professional's carers understand that the violence problematic lived by the adolescents in the street situation in a wide view and show the inter-relations and concurrence of several violence types, characterizing the violence complexity that cross the adolescents' lives.

Descriptors: Violence against women; Homeless youth; Adolescent institutionalized.

RESUMEN

Debido a la importancia y particularidad de la violencia en la restricción al ejercicio de ciudadanía de las adolescentes en situación de calle y la vulnerabilidad a su salud, el objetivo del estudio fue entender la problemática de la violencia vivida por las mismas en la óptica de profesionales cuidadores de abrigo. Es una investigación cualitativa descriptiva, cuyos datos fueron producidos con entrevistas con los profesionales cuidadores de un abrigo municipal para adolescentes del Rio de Janeiro en 2008. Los discursos fueron interpretados según el análisis del contenido, resultando en cuatro categorías que presentan la visión de los profesionales referentes a los tipos de violencia vividos por las adolescentes: violencia colectiva, violencia juvenil, violencia familiar y violencia del género. Concluyendo, los profesionales cuidadores del abrigo comprenden la problemática de la violencia vivida por las adolescentes de forma ampliada y evidencian las interrelaciones y coincidencia de algunos tipos de violencia, caracterizando la compleja trama de la violencia que cruza la vida de esas adolescentes.

Descriptores: Violencia contra la mujer; Jóvenes sin hogar; Adolescente Institucionalizado.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde-OMS⁽¹⁾ vem estimulando o aumento da consciência acerca do fenômeno da violência no mundo como um problema de saúde pública a ser prevenido através do reconhecimento de suas causas e consequências. Nesse sentido, recomenda o desenvolvimento de ações em nível local, nacional e internacional de forma a mudar os fatores que contribuem para a produção de respostas violentas, sejam eles individuais, familiares, comunitários, culturais e sociais.

No Brasil, o Ministério da Saúde⁽²⁾ reconhece o esforço comum dos diversos setores sociais e das políticas públicas para a reflexão e ação no enfrentamento da violência, particularmente quando se trata de mulheres e adolescentes. Nesse sentido, vem investindo na capacitação de serviços para o diagnóstico dos casos de violência e promoção da assistência adequada. Apesar do investimento do campo da saúde coletiva acerca da violência, preocupa a reduzida abordagem da questão de gênero nos estudos envolvendo crianças e adolescentes, considerando a relevância das relações intersubjetivas, de poder e do exercício dos direitos como condicionante das violências⁽³⁾.

A adolescência é a fase do desenvolvimento humano marcada pela formação de uma identidade social determinada pela cultura e contexto social (classe, gênero, etnia, presença ou não no mercado de trabalho e na escola, local de moradia, situação familiar, opção religiosa e orientação sexual) no qual a adolescente se insere⁽⁴⁾. Quando esta fase – permeada por interrogações, desafios, contradições e conflitos – é atravessada por vivências violentas, torna-se preocupante as repercussões negativas da violência para a saúde física e mental da adolescente, comprometendo a construção de projetos de vida destas que estão começando a traçar seus caminhos⁽⁴⁻⁵⁾.

Em se tratando de jovens em situação de rua o processo da adolescência parece se complicar ainda mais, pois se trata de uma parcela da população cujos direitos (até os mais básicos) são constantemente negados⁽⁶⁾. O reconhecimento da relevância e particularidade da violência na restrição ao exercício da cidadania das adolescentes em situação de rua e na vulnerabilização à sua saúde⁽⁷⁾ suscita a inquietação no que tange as questões relativas ao fato de serem mulheres e a qualidade de vida de futuras adultas que poderiam adquirir seus direitos enquanto cidadãs.

É notória a gama de problemas e impasses no trabalho com essas adolescentes muitas vezes impulsivas, desrespeitosas, sem limites, auto-suficientes, agressivas; e na maior parte das vezes, e quase simultaneamente, vitimadoras e vitimizadas, as quais recebem uma culpa pelas situações de violência que nem sempre lhes pode ser atribuída⁽⁶⁾. A dificuldade em interpretar a realidade das jovens em situação de rua, tão diferentes das nossas formas de agir, expõe os profissionais que lidam com as mesmas a um desgaste emocional, interferindo na sua capacidade de atuar⁽⁸⁾.

Mesmo diante das dificuldades de lidar com o comportamento das jovens sob seus cuidados, é possível trabalhar junto as mesmas suas questões (dúvidas, conflitos, impasses, necessidades) de forma afetuosa e não autoritária; rigorosa e não rígida⁽³⁾. Nesse sentido, os abrigos que acolhem essas adolescentes e que se caracterizam como instituições facilitadoras do processo de reinserção social^(4,9) devem configurar cenário propício ao processo educativo crítico e transformador, visando a redução do impacto da violência sobre a saúde das mesmas.

Os profissionais cuidadores de abrigo para adolescentes lidam diretamente com as questões do cotidiano das jovens sob sua responsabilidade, inclusive aquelas relacionadas a saúde das mesmas. Entendemos, portanto, que estes profissionais a partir de sua interação próxima com as adolescentes podem ter uma visão diferenciada sobre a vivência da violência e seu impacto sobre a saúde deste grupo.

Neste estudo, para nortear a fundamentação teórica acerca das violências e seu impacto sobre a saúde das adolescentes em situação de rua ou abrigadas, utilizamos o aporte fornecido pelo *Informe Mundial sobre la violencia y la salud*⁽¹⁾ produzido pela OMS. Este documento oferece aos pesquisadores e profissionais dados que explicam uma tipologia da violência, bem como examina as raízes da violência a partir de um modelo ecológico.

Nessa classificação⁽¹⁾ a violência é dividida em três categorias em relação aos que cometem atos violentos. A *violência dirigida contra si mesmo* compreende o comportamento suicida e o abuso de si mesmo, como no caso da automutilação. A *violência interpessoal* divide-se em duas subcategorias: *violência familiar* ou *conjugal* (perpetrada por membros da família, inclui o maltrato de crianças e adolescentes, de mulheres e de idosos no ambiente doméstico ou não) e *violência comunitária* (produzida por pessoas conhecidas ou não e que não têm parentesco; engloba a violência juvenil, os atos fortuitos de violência, o abuso sexual por desconhecidos e a violência em estabelecimentos como escolas, lugares de trabalho, prisões e asilos). Enfim, há a *violência coletiva* que se diferencia das demais categorias gerais por ser cometida por grupos maiores de indivíduos ou pelo Estado. Este tipo de violência também se subdivide em *violência social*, *violência política* e *violência econômica*, conforme o interesse do setor que a promove.

Além disso, a natureza dos atos violentos pode ser: física, sexual, psíquica ou incluir privação e negligência. Para a compreensão da natureza multifacetada da violência a OMS valeu-se de um modelo ecológico, no qual os fatores individuais e contextuais se relacionam em diversos níveis (individual, relacional, comunitário e social), influenciando o comportamento de modo a produzir violência⁽¹⁾.

Considerando o exposto, foi objetivo do presente estudo, compreender a problemática da violência vivida pelas adolescentes em situação de rua na ótica da equipe de profissionais cuidadores de abrigo.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo do tipo descritivo utilizou a abordagem qualitativa para apreender os significados, as subjetividades, os valores presentes no cotidiano de uma equipe de profissionais cuidadores de um abrigo para adolescentes da rede municipal do Rio de Janeiro-RJ, localizado no bairro central da cidade.

O referido abrigo é uma casa de passagem que acolhe provisoriamente adolescentes em situação de rua, ou seja, aqueles que estão afastados de suas famílias/fora dos seus lares por motivos variados, desde situações de violência intrafamiliar, de pobreza até de risco na comunidade. A equipe de profissionais cuidadores divide-se entre técnicos (profissionais com nível superior de escolaridade – serviço social e psicologia) e educadores sociais (profissionais com nível médio de escolaridade).

Entendendo que cada categoria profissional desempenha uma função diferente e pode, portanto,

contribuir com aspectos distintos para a compreensão da violência vivida pelas adolescentes sob seus cuidados, utilizamos como protagonistas deste estudo técnicos e educadores sociais, escolhidos aleatoriamente.

A pesquisa desenvolveu-se de outubro a dezembro de 2008, tendo sido iniciada com visitas preliminares para apresentação dos objetivos do estudo, bem como para o estabelecimento de uma inter-relação com os profissionais mais estreita e de confiança. Assim, participamos de reuniões da equipe e conversas informais com os profissionais, o que possibilitou a observação da dinâmica de trabalho da equipe e do funcionamento do abrigo.

A partir de então, realizamos entrevistas semi-estruturadas com profissionais cuidadores até alcançarmos a saturação dos dados. Dessa forma, foram realizadas entrevistas com quatro técnicos e quatro educadores sociais, em espaço privativo disponibilizado no abrigo.

As entrevistas seguiram um roteiro previamente elaborado, a partir do qual outras questões foram desenvolvidas para melhor compreensão, a saber: "Como você percebe a violência na vida das adolescentes abrigadas na casa de passagem?"; "Quais problemas relativos à violência mais comuns que você identifica entre estas jovens?"; e "Há diferenças entre a situação das meninas e a dos meninos abrigados no que diz respeito a violência?". Vale ressaltar que os depoimentos foram gravados e, posteriormente, transcritos a fim de evitar a perda de informações para a análise seguinte.

No desenvolvimento deste trabalho foram atendidas as exigências éticas e científicas para pesquisas envolvendo seres humanos, tendo sido o projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CEP/SMS/RJ) sob protocolo de número 203/07. Além disso, a participação no estudo foi voluntária e autorizada mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os dados produzidos foram interpretados segundo a técnica de Análise de Conteúdo⁽¹⁰⁾. Para tanto procedemos a uma leitura flutuante dos depoimentos para reconhecimento do conteúdo dos mesmos, seguindo-se a delimitação de trechos das falas com significado pertinente ao objetivo do trabalho (unidades de registro). As unidades de registro foram agrupadas em categorias, conforme a proximidade da significação que continham. As quatro categorias que emergiram desse processo foram: "Violência Coletiva – abandono do Estado e da sociedade", "Violência Juvenil: delinquência e envolvimento com drogas", "Violência Familiar: maltrato, descuido e afastamento precoce da família" e "Violência e Gênero: algumas particularidades da violência vivida pelas adolescentes em situação de rua (ou abrigadas)".

A partir de tal análise, pudemos discutir, numa perspectiva crítica, a visão dos profissionais cuidadores do abrigo acerca da violência vivida pelas adolescentes em situação de rua.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O abrigo e a dinâmica da equipe de profissionais cuidadores

A rede de abrigamento para crianças e adolescentes é gerenciada pela Subsecretaria de Proteção Social Especial (Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS/RJ), a qual é responsável por fornecer condições de acessos (a partir da criação de laços de pertencimento e possibilidades de reinserção social) aos que se encontram em situação de

alta vulnerabilidade pessoal e social em função do abandono, privação, perda de vínculos, exploração ou da violência.

Cada modalidade de abrigamento é voltada para um público alvo específico, de forma que todos os equipamentos possuem uma equipe própria de educadores, psicólogos e assistentes sociais, responsáveis pelo acompanhamento do abrigado e dos encaminhamentos necessários, levantados e viabilizados de acordo com as demandas de cada um. Todo o trabalho realizado visa a "porta de saída", ou seja, a conquista da autonomia e da inclusão social das pessoas abrigadas, para que elas não precisem mais da tutela do governo.

Destacamos neste momento as casas de passagem destinadas aos adolescentes entre 13 e 18 anos que decidiram deixar as ruas, mas apresentam dificuldades de sociabilidade e maior relutância ao acolhimento, demandando, portanto, um acompanhamento mais próximo da equipe de assistentes sociais e psicólogos. Como a Casa de Passagem constitui uma estratégia para reduzir o hiato entre o desejo manifestado pelo adolescente em deixar a situação de rua e a dificuldade em aceitar a rotina de compromissos e responsabilidades exigida pelo acolhimento, o prazo de permanência de cada jovem é de 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 15 dias caso o adolescente ainda não esteja preparado para a convivência em Centro de Acolhimento ou para o retorno à família. Contudo, percebemos que este período, em grande medida, é estendido.

Durante este transcurso, há um esforço da equipe técnica da casa de passagem (profissionais com nível superior, quase todos, assistentes sociais) por identificar o percurso social do adolescente, organizar-lhes os documentos de identificação (muitos não têm certidão de nascimento, apenas a declaração de nascido vivo, quando a possuem), providenciar inserção escolar e, se possível, em curso e/ou estágio profissionalizante. O tratamento dos agravos à saúde física e mental também é providenciado como uma prioridade. Durante a permanência no abrigo os adolescentes têm nos educadores (profissionais com nível médio) aqueles que são seus cuidadores mais diretos, dividindo-se em plantões de 12x36h. Desta forma, o abrigo assume a responsabilidade temporária pelas jovens, conferindo-lhes algum censo de cidadania.

A equipe técnica se reúne semanalmente para discussão dos casos e funcionamento do abrigo. Nestas reuniões procura-se oportunizar a participação de educadores sociais – o que nem sempre é possível, dada a necessidade da presença destes em outras tarefas naquele momento.

Sobre os protagonistas do estudo, vale ressaltar uma breve caracterização. A faixa etária variou de 23 a 43 anos e a distribuição por sexo foi equivalente (quatro mulheres e quatro homens). O tempo de atuação na rede de acolhimento para adolescentes ficou entre oito meses e quatro anos. As funções no abrigo foram de gestor (1), técnico (3) e educador (4). A formação profissional dos técnicos compreendeu três assistentes sociais (dentre eles o diretor do abrigo) e uma psicóloga, e entre os educadores, três tinham o ensino médio completo e um tinha o curso superior em Letras.

Além disso, o vínculo institucional dos técnicos é como servidor público, enquanto os educadores são contratados através de uma ONG. Esta situação traz alguns impasses em termos de funcionamento e assistência, pois com os

atrasos frequentes no pagamento dos educadores, a equipe fica desfalcada e gera um clima de tensão. Muitos educadores sensibilizados com a situação e necessidades dos adolescentes encontram neste compromisso a motivação para continuar o trabalho mesmo diante desse desrespeito.

Violência coletiva – abandono do Estado e da sociedade

Os atores sociais deste estudo percebem diversos tipos e manifestações de violência que compõem simultaneamente o cotidiano das adolescentes em situação de rua:

Olha, na verdade, se você for observar, a violência vem de todos os lados, acho que desde o preconceito que a sociedade tem com elas, do abandono da sociedade ao abandono do poder público. (Entrevistado 4).

A equipe de profissionais cuidadores da casa de passagem identifica a exclusão social, particularmente o abandono do Estado, como um dos principais tipos de violência a que estão expostas as adolescentes. Isto significa que essas jovens têm seus direitos de cidadãs constantemente negados a partir de fatores sociais, políticos e econômicos que promovem a desigualdade no acesso ao poder, aos recursos e entre grupos, constituindo uma violência coletiva⁽¹⁾.

Trata-se de adolescentes que deveriam ser protegidas pela família e pelo Estado, conforme assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no entanto, como apontado pelos entrevistados e ratificado pela literatura, a dificuldade de implementação de políticas públicas voltadas para a juventude, ajudam a dar contorno a este quadro de exclusão⁽¹¹⁻¹²⁾.

Eu vejo uma realidade desesperadora mediante essa situação. São crianças que você percebe que estão literalmente abandonadas pelo sistema [...] O sistema que eu digo é de um todo, desde a família até o Estado, o Poder Público, que não oferece uma boa educação, não oferece um bom salário, não oferece um emprego, não oferece uma série de coisas... (Entrevistado 4).

Além de reconhecerem o dever do Estado, os profissionais entendem a necessidade de organização intersetorial e atuação interdisciplinar junto às adolescentes no enfrentamento da violência, como no trecho a seguir:

Acho que é isso que a gente precisa das autoridades, dos que tem mais. [...] mas a gente pode ter uma ajuda bem maior que a gente não tem de órgãos competentes. [...] Cada profissional fazendo um pouco de cada área, acho que vai ser uma mudança [...] pra que as crianças não voltem pra rua, não voltem pra cá. (Entrevistada 7).

A violência coletiva aparece também na constatação dos cuidadores acerca do estigma que este grupo carrega, revelado no preconceito e discriminação quando transitam por espaços outros que não a rua – um museu, a escola, o posto de saúde. *Quando a gente entrou um dia no centro cultural da Light [...], as pessoas que estavam na fila do elevador, viram e olham pra gente assim de forma: 'Que é isso?! Quem são essas pessoas que estão entrando com essas meninas, esses?!'. Você percebe o olhar de estranhar... estarem naquele lugar. É uma coisa muito patente.* (Entrevistada 3).

Forma-se um ciclo vicioso cruel: a sociedade civil, diante da imagem negativa das meninas em situação de rua como inimigas da ordem social, pressiona as autoridades para combatê-las, essa repressão e discriminação geram

reações violentas por parte delas, o que vem a reforçar o estigma inicial. Assim, se criminaliza estas jovens, mantém-se o *status quo* e o processo de exclusão parece não ter fim. Essa reação violenta das adolescentes pode ser compreendida como resistência ao sistema social que construímos e que os exclui desde o início num processo de estigmatização a partir da crença na superioridade e aniquilamento de uns sobre os outros⁽⁶⁾.

No abrigo cabe destacar ainda como a criminalização das adolescentes está implícita na convocação da polícia para resolver conflitos, o que reafirma para a sociedade e para as próprias adolescentes o estigma de delinqüentes. Isto reflete ainda a dificuldade dos profissionais em lidar com as adolescentes sob seus cuidados, particularmente, no sentido de estabelecer os limites.

Violência Juvenil: delinquência e envolvimento com drogas

As situações de conflito com a lei que ajudam a reforçar o estigma supracitado, por sua vez, podem ser entendidas como violência juvenil, a qual se faz presente nas ações fora da lei socialmente instituída (evasão escolar, uso de drogas, imprudência no trânsito, comportamento de risco em relação às DSTs)⁽¹⁾. Aparece nos relatos dos profissionais, principalmente, através dos delitos realizados pelas adolescentes para manter sua sobrevivência ou para o consumo de drogas.

Contudo, há que se ponderar a relação entre a violência juvenil e a violência coletiva. Em outras palavras, é preciso refletir até que ponto a violência coletiva gerada na micro e na macroestrutura social, responsável pela falta de condições dignas de vida, pela marcante desigualdade social, impulsiona a adolescente a se comportar dessa forma.

Um membro da equipe aponta que é possível reverter a situação, por um lado, mostrando aos que permanecem na obscuridade da discriminação uma possibilidade de se lançarem outras visões sobre essas meninas.

Aí, a gente vê muito preconceito. Uma vez nós levamos eles ao Jardim Botânico. Aí, a pessoa quando viu, a gente viu que eles já ficaram assim, de lado [...] preconceito da própria menina que ia ser a guia [...] aí expliquei mais ou menos o que seria o projeto, a gente sentiu uma certa resistência, mas aí, ela foi, os meninos começaram a conversar com ela, começaram a participar – que eles participam muito, maravilhosos – aí, ela: 'Engraçado! Eles são tão bonzinhos!'. Olha, eles são como todos os outros. (Entrevistada 2).

Além disso, conhecer as raízes histórico-culturais do comportamento das adolescentes parece ser um caminho para os cuidadores trabalharem as jovens no sentido de favorecer-lhes a mudança de atitude que promova sua reinserção social. Este trabalho vale para os próprios profissionais, pois conhecendo tal realidade é possível com ela dialogar junto às adolescentes, construindo uma outra forma de ver o mundo – com mais afeto e menos violência.

Outra faceta da violência juvenil é o envolvimento com as drogas, constituindo importante fator motivador para o abandono do lar, segundo os cuidadores, muitas vezes associado à violência familiar. Assim, o uso ou tráfico de drogas, ou ainda a convivência com esses grupos, determinam situações de risco psicossocial.

Nas ruas, o uso da droga configura uma estratégia de sobrevivência⁽¹³⁾, apesar de estar também ligado a momentos de diversão e prazer. A presença das drogas na

realidade das adolescentes em situação de rua por um ou outro motivo configura uma trama bastante complexa e imbricada, mantenedora e geradora de diversas situações de violência.

No abrigo, o envolvimento das adolescentes com drogas exige dos profissionais especial atenção, pois gera muitos conflitos. Algumas dessas situações foram referidas e/ou observadas: transgressão do uso da droga dentro do abrigo que precisa ser controlada; o uso em si que gera um comportamento agressivo para com os demais adolescentes e com os próprios profissionais; ou ainda as fugas do abrigo motivadas pelo vício em si ou pelo grupo de convivência. Nesse sentido, os cuidadores providenciam o encaminhamento das meninas para dispositivos de saúde individuais e/ou coletivos. No cotidiano, a estratégia adotada é o diálogo – ainda que baseados em seus próprios valores e experiências de forma empírica, indicando a fragilidade do conhecimento técnico científico dos profissionais para esse trabalho. Nesta ação, procuram mostrar-lhes os prejuízos para a saúde física e mental, bem como para a sua sociabilidade através do grupo de convivência, da escola ou trabalho.

Violência Familiar: maltrato, descuido e afastamento precoce da família

Na maioria das vezes também decorrente da violência coletiva, está a violência familiar, apontada pelos profissionais como um dos principais fatores desencadeadores da saída do lar. Nesse sentido, o abandono e afastamento familiar precoce podem gerar efeitos deletérios para o desenvolvimento psico-afetivo de crianças e adolescentes⁽¹⁴⁾.

A percepção dos profissionais do abrigo é de que parcela significativa das adolescentes tem família, entretanto, não consegue com ela conviver, caracterizando situações que não deveriam resultar em abrigamento.

Têm muitas que estão abrigadas, mas não tinham que estar necessariamente no abrigo. Estão abrigadas porque não conseguem conversar com a mãe, têm problemas de convivência [...] Não é um caso de abrigamento, sim um caso do conselho tutelar local estar atendendo essa família, verificar o que está acontecendo, o que pode ser feito não apenas pelo conselho, mas pelas instituições da área onde essa família mora. Mas como é mais fácil determinar o abrigamento, aí determina o abrigamento, aí o adolescente é quase esquecido aqui dentro. Só não é mais esquecido porque a equipe pede relatórios ao conselho, a equipe organiza reuniões, manda relatório para o juizado, para a promotoria. (Entrevistado 1).

O ambiente familiar contribui significativamente para a desvalorização do próprio corpo e de si mesma, pois é onde a menina começa a construir sua visão de mundo e as relações que nele e com ele se dão, incluindo a apropriação das assimetrias de gênero apresentada na violência conjugal, na subordinação da mãe aos desejos e mandamentos do pai ou companheiro da mãe, na desqualificação do trabalho materno, na realização das tarefas domésticas precocemente. A violência familiar manifestada através de agressão física e verbal entre os membros da família, bem como negligência e abuso sexual incrementam a dificuldade do diálogo necessário ao esclarecimento de dúvidas, fantasias, receios característicos da adolescência e que propiciam o amadurecimento para a vida adulta.

Esse ambiente desfavorável abrangendo um ou mais fatores citados dificulta a compreensão de si mesma e da realidade em que se insere, incluindo o controle sobre sua saúde e sua vida. O processo de desqualificação sistemática sofrida no contexto familiar, na escola, na comunidade pode resultar em baixa auto-estima e falta de perspectiva de vida. Portanto, não é difícil compreender como essa adolescente estabelece uma relação de menos valia com seu corpo, utilizando-o como fonte para ganhos financeiros, desvalorizando-o e os processos que nele se dão em função do imediatismo que representa seu modo de ver e estar no mundo^(7,15). O fragmento de fala a seguir pode ajudar a exemplificar:

Fiz essa visita na casa da avó dela [...] tentei fazer uma sensibilização com ela, dela tá vindo aqui, nunca veio. Aí, ela [a avó] fala pra mim: 'Ela pode voltar quando ela quiser'. Mas, voltar como? De que forma? Como é que você vai voltar para um lugar que você não se sente amado? Que você não sente que pertence àquele lugar? (Entrevistada 2)..

Esta fala reflete ainda os impasses enfrentados pela equipe no trabalho de reinserção familiar das adolescentes. Aqui, se inter cruzam aspectos da relação interpessoal na família e as precárias condições de educação, alimentação, moradia, saneamento (violência coletiva) que atravessam o ambiente familiar, aumentando as tensões entre seus membros. Assim, além do trabalho direto com a família, é notável como os profissionais necessitam da parceria com uma rede inter setorial e interdisciplinar, bem como de políticas públicas para a efetividade do processo de reinserção social.

Violência e Gênero: algumas particularidades da violência vivida pelas adolescentes em situação de rua (ou abrigadas)

A particularidade da violência vivida pelas adolescentes com história de vida nas ruas diz respeito a violência cometida especificamente contra as mulheres com base no fato de serem mulheres. Trata-se da abordagem da violência como questão de gênero, portanto, decorre da desigualdade entre homens e mulheres estabelecida histórica e culturalmente, e que determina a superioridade de direitos do homem sobre a mulher⁽¹⁶⁾.

Uma das manifestações desse tipo de violência é a violência sexual que apareceu na fala dos profissionais como exploração sexual. Revelam com preocupação a troca de favores sexuais pelo consumo de drogas. Sentem-se mobilizados ao se depararem com o efeito psicotrópico devastador, pois não raro resulta em graves situações de risco, como abuso sexual, sexo desprotegido, maus-tratos. A associação entre a exploração sexual e o uso de drogas faz parte do cotidiano das meninas em situação de rua como forma de enfrentamento da vida nas ruas^(13,17).

Uma outra faceta da violência sexual apontada como uma questão crítica e inquietante por todos os entrevistados foi o abuso sexual. A fala da equipe coaduna com a concepção de que este aspecto da violência representa uma violação dos direitos humanos inadmissível que está arraigada na ideologia dos direitos dos homens sobre as mulheres em relação ao sexo, refletindo uma forma de exercer seu poder histórica e culturalmente legitimado^(16,18).

A violência sexual constitui uma das manifestações da relação entre violência e mulher mais antigas e marcantes e vem sendo retratada pelas meninas que vivem nas ruas como situações que ocorrem tanto no âmbito familiar

(quando exercida por pais, padrastos, parentes) quanto no espaço da rua (quando perpetrada por policiais ou companheiros)^(13,15).

Apesar da violência sexual verbalmente revelada pelas meninas, há pouca consciência a respeito da violência de gênero e coletiva a que estão expostas⁽⁷⁾, dada a invisibilidade destes tipos de violência contra a mulher. De fato, os profissionais do abrigo identificam a violência de gênero perpassando diversas situações no cotidiano das adolescentes abrigadas sem que se percebam violentadas.

O que mais chama atenção para a equipe do abrigo é a reprodução marcante da sujeição das meninas em relação aos meninos traduzida em aceitação de agressão física e verbal como demonstração de compromisso e/ou afeto. Além disso, lavam, arrumam, costuram para eles, dão sua comida ou brigam com outras adolescentes por eles, ainda que eles lhes tenham sido infiéis. As relações, em grande medida, são de posse ou interesse e nem tanto de afeto.

'Mas o quê que você tá fazendo?!' 'Tô lavando a roupa do fulano.' *'Por que? Por quê que não é ele que lava?'* *'Porque eu tô namorando ele!'. Explicou, explicou: porque tá namorando, então, é obrigação. É submissão.* (Entrevistada 3).

No estudo sobre a sexualidade de meninos de rua de Maringá⁽¹³⁾ destaca-se que a relação sexual é vivenciada como manifestação de afeto e que não foi possível relacionar diretamente sexualidade e violência. Contudo, a partir dos resultados deste estudo acredita-se que também nos relacionamentos amorosos as meninas que vivem nas ruas não encontram o apoio que satisfaça suas necessidades, em verdade, mas configuram-se como uma faceta do contexto de violência em que estão inseridas.

Outro aspecto enfatizado pela equipe técnica do abrigo é a naturalização e banalização da violência, particularmente da violência sexual, como se pode verificar nos trechos que se seguem:

Sempre tem alguém que quer uma menininha [...] fica rodeando por ali procurando alguém que queira alguma coisa por um xampu, um perfume, dez reais. Não deixa de ser uma violência muito pesada [...] Elas começam a achar que isso é rotina, que é normal [...] (Entrevistado 1).

Elas não têm muita noção de que são violentadas, que estão sofrendo essa violência. Elas falam com muita naturalidade, como se fosse uma coisa comum, como se não fosse uma violência de uma forma tão grave. (Entrevistada 2).

A banalização e a pouca valorização da vida, bem como a desigualdade, injustiça, corrupção, impunidade, deterioração institucional, violação dos direitos humanos constituem fatores que precisam ser considerados na compreensão da crescente morbidade e mortalidade por violência no Brasil. Nesse sentido, a discussão na comunidade científica, bem como entre as ativistas dos movimentos feministas acerca da violência e sua relação com a saúde da mulher tem repercutido positivamente: a violência contra a mulher vem deixando de ser legitimada socialmente, ou seja, considerada "natural" para ser encarada como uma questão de desrespeito aos direitos humanos e um agravo à saúde da mulher⁽¹⁹⁾.

A violência de gênero é um tipo de violência invisível que, apesar de ser percebida pelos profissionais cuidadores, parece ser mais difícil de ser trabalhada junto às adolescentes. Questionar a postura de submissão das adolescentes de forma mais sistematizada e fundamentada pode ajudar na reflexão sobre a realidade, promovendo o potencial transformador na adolescente. Isto requer dos

cuidadores sensibilidade e disponibilidade interna para lidar com estas situações, pois a invisibilidade da violência de gênero não atinge apenas o outro, está inscrita também nas suas próprias relações. Quer dizer, o papel de facilitador do processo de reflexão pode mobilizar nos cuidadores suas experiências pessoais, daí a dificuldade de trabalhar no outro o que pode ser um impasse para si mesmo.

Enfim, além de toda a problemática apresentada, a observação do funcionamento do abrigo permitiu constatar que tanto as meninas quanto os meninos se relacionam entre si e com os profissionais de forma agressiva, ainda que não queiram conscientemente ser violentos, mas essa é a leitura que têm do mundo e a forma que aprenderam para com ele se relacionarem. Contudo, não existe apenas esse aspecto da realidade vivida, e talvez seja uma outra face que a equipe deseje resgatar: as adolescentes são também carinhosas, solicitando todo o tempo atenção e afeto, mostrando que o caminho é esse, o do acolhimento:

É preciso amor, amor, amor, amor, amor, amor, amor, amor, amor, amor, amor ad eterno. (Entrevistado 8).

Essas crianças precisam muito mais do que uma casa, [...] precisam de pessoas que se dêem pra elas, num abrigo você não vai ter pessoas que vão se dar de coração pra elas, que é só isso que elas querem, é só isso que elas querem, elas querem uma pessoa que elas saibam que, elas precisam de uma pessoa pra chamar de 'seu'. (Entrevistado 7).

Percebemos que os dados da realidade e dos modos de viver das adolescentes são percebidos pela equipe, entretanto, parece ser necessária uma discussão mais aprofundada, para uma compreensão crítica da realidade do muito que fazem e do que ainda pode ser construído, produzido ali naquele espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipe de profissionais cuidadores do abrigo compreende a problemática da violência vivida pelas adolescentes em situação de rua de forma ampliada e apresenta algumas inter-relações e concomitância dos vários tipos de violência, configurando a complexa trama da violência que atravessa marcadamente as vidas dessas adolescentes.

A violência coletiva é apontada por esses profissionais como responsável pela permanência das adolescentes nas ruas. Caracteriza-se pela ausência do Estado em prover as condições básicas de saúde e de vida; o que se reflete no ambiente familiar, dificultando a convivência entre seus membros. Associa-se ainda o processo de estigmatização a que estão expostas, decorrente de seu comportamento agressivo e reativo à opressão sofrida.

A peculiaridade da vivência das adolescentes está na violência de gênero manifestada, sobretudo, na forma de abuso ou exploração sexual, no ambiente familiar ou não, bem como na forma de submissão das adolescentes aos rapazes. Estas situações trazem incômodo à equipe de cuidadores, particularmente quando percebidas com naturalidade ou banalizadas pelas adolescentes.

Foram apontadas também as consequências da vivência sistemática dessas situações de violência para a saúde física e mental das adolescentes com experiência de viver nas ruas. Trata-se da deterioração do corpo pelo uso abusivo de drogas, DST, agressões físicas; do comprometimento da auto-estima pelas situações de opressão vividas. Soma-se ainda, os prejuízos decorrentes

da precariedade de conhecimento do próprio corpo e saúde para a tomada de atitudes de autocuidado.

Assim, os profissionais cuidadores do abrigo percebem a complexidade e intensidade da violência vivenciada pelas adolescentes em situação de rua, o que mobiliza questões pessoais de cada um. Isto parece dificultar o processo de estabelecer estratégias para lidar com as repercussões da violência na saúde e na vida das mesmas, principalmente diante da escassez e fragilidade de uma rede de apoio para o enfrentamento dessas situações.

O acompanhamento dos profissionais cuidadores do abrigo no sentido da discussão e reflexão sobre sua prática cotidiana parece-nos fundamental para uma maior compreensão das raízes e da manutenção da problemática da violência vivida pelas adolescentes em situação de rua, particularmente as relativas à categoria gênero. Uma vez sensibilizados e instrumentalizados para a compreensão da variedade cultural que rege diferentemente as lógicas dos diversos atores envolvidos (profissionais, adolescentes, instituição), estes profissionais estarão mais aptos a ajudar as adolescentes a superar tantas adversidades e a enfrentar suas próprias questões a partir de uma ação dialógica para a transformação da realidade de uma ordem social injusta.

Outros estudos devem ser realizados para aprofundar as questões relativas à capacitação dos profissionais para a efetividade de suas estratégias de intervenção; à visão das próprias adolescentes sobre a violência vivida e suas repercussões; aos modelos inovadores de assistência às adolescentes com experiência de vida nas ruas.

REFERÊNCIAS

1. Organização Panamericana de la Salud. Informe Mundial sobre la violencia y la salud. Washington: OPS; 2003.
2. Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde. Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.
3. Schraiber LB, D'Oliveira, AFPL, Couto MT. Violência e saúde: estudos científicos recentes. Rev Saude Publica. 2006;40(esp):112-20.
4. Olyntho SMN; Silva RM; Leite MED; Leite LC. "O tempo anda correndo, voando". Impasses e possibilidades na construção de um projeto de vida. In: Leite LC; Leite MED; Botelho AP (org.) Juventude, Desafiliação e Violência. Rio de Janeiro: Contra Capa; 2008. p. 93-117.
5. Assis SG, Avanci JQ, Pesce RP, Ximenes LF. Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. Cien Saude Colet. 2009;14(2):349-61.
6. Carinhanha JI, Leite LMC, Penna LHG. "Minha arma é a mão": a violência como forma de resistência. In: Leite LMC, Leite MED, Botelho AP (org.). Juventude, desafiliação e violência. Rio de Janeiro: Contra-capas; 2008. p. 141-54.
7. Carinhanha JI. Violência vivenciada pelas adolescentes em situação de rua: bases para o cuidado de enfermagem pela cidadania [dissertation]. Rio de Janeiro: Faculdade de Enfermagem/UERJ; 2009. 122 f.
8. Botelho AP, Leite LC. A necessidade de promoção da saúde mental para a juventude na pós-modernidade. Cadernos IPUB (UFRJ). 2007;13(24):35-55.
9. Siqueira AC, Dell'Aglio DD. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. Psicol Soc. 2006;18(1):71-80.
10. Bardin L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2000.

11. Njaine K, Assis SG, Gomes R, Minayo MCS. Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. Cien Saude Colet. 2007;11Suppl:1313-22.
12. Santana JP; Doninelli TM; Frosi RV; Koller SH. É fácil tirar a criança da rua, o difícil é tirar a rua da criança. Psicol Estud. 2005;10(2):165-74.
13. Nogueira LA; Bellini LA. Sexualidade e violencia, o que é isso para jovens que vivem na rua? Texto Contexto Enferm. 2006;15(4):610-616.
14. Winnicott DW. Privação e delinquência. 4th ed. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
15. Oliveira NS, Medeiros M. Histórias de vida de meninas com experiência pregressa nas ruas: perspectivas do processo de inclusão social. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2006 [cited 2010 Jun 10];8(1):119-27. Available from: http://www.fen.ufg.br/revista/revista8_1/original_15.htm.
16. Schraiber LB, d' Oliveira AFPL, Coutp MT. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. Cad Saude Publica. 2009;25 Suppl 2:5205-16.
17. Borges IK, Medeiros M. Representações sociais de DST/AIDS para adolescentes de uma instituição abrigo com experiência pregressa de vida nas ruas da cidade de Goiânia. J bras Doenças Sex Transm. 2004;16(4):43-9.
18. Drezett J. Violência sexual como problema de saúde pública. In: Taquette SR (org.). Violência contra a mulher adolescente/jovem. Rio de Janeiro: EdUERJ; 2007. p. 81-9.
19. Rodrigues RF, Carinhanha JI, Penna LHG. Resiliência em mulheres que vivenciaram violência – revisão das produções científicas. Rev. de Pesq.: cuidado é fundamental Online. 2010;2(1):522-30.

Artigo recebido em 05.06.2009.

Aprovado para publicação em 24.03.2010.

Artigo publicado em 30.06.2010.